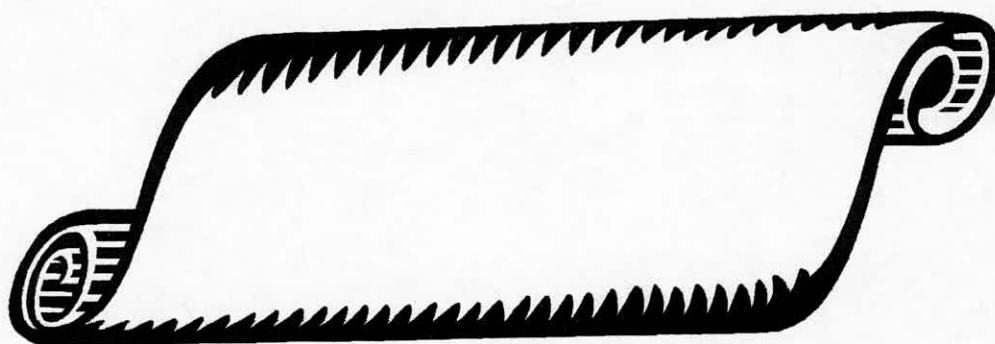


ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ENCERRAMENTO DA PESQUISA

TEMA : DIMENSÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS
NO FINANCIAMENTO PÚBLICO LOCAL : O
CASO DO IPTU EM SÃO PAULO.



PROFESSOR ORIENTADOR : HENRIQUE FINGERMAN

BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA : MAURO OKAMOTO

DATA : JUN/95

INDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. PESQUISA CIENTÍFICA	1
3. TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL - TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA	2
4. IPTU - HISTÓRICO DE 1966 A 1994	7
5. ISENÇÕES	25
6. ALÍQUOTAS-DESCONTOS	36
7. BIBLIOGRAFIA	53
8. FINALIZAÇÃO DO TRABALHO DE PESQUISA CIENTÍFICA	54

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países, entre outros que adotam semelhante organização político-administrativa, que concede maior autonomia aos seus entes subnacionais, em especial ao Município. O Município, no Brasil, possui grande responsabilidade política em relação à população. É ela a responsável pela maior parte da estruturação para o bem estar da população que está presente dentro dos seus limites territoriais.

Visto dessa maneira, o Município necessita de instrumentos financiadores para agir de acordo com suas responsabilidades. Os principais impostos municipais são o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o

O processo de urbanização brasileiro, na época da industrialização, transformou o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no mais importante meio de geração de receita municipal. A partir de 1967, com a Constituição Federal, o imposto começa a perder importância relativa na composição municipal. Isto é atribuído principalmente ao surgimento de novos impostos como ISS (Imposto sobre Serviços) e pelo incremento de partilhas ou transferências intergovernamentais.

O trabalho visou identificar as variáveis que determinaram esta diminuição do IPTU na receita do Município de São Paulo.

2. PESQUISA CIENTÍFICA

Segundo Kerlinger (1973), “pesquisa científica é uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de proposições hipotéticas sobre relações presumidas entre fenômenos naturais”.

Procedimentos da pesquisa científica segundo Fauze Najib Mattar :

- a) isolamento de um fenômeno natural para estudo;
- b) identificação das variáveis intervenientes no fenômeno;
- c) elaboração de proposições hipotéticas sobre relações presumidas entre as variáveis (hipóteses);
- d) investigação com todos os meios e técnicas disponíveis, de forma sistemática, controlada, empírica e crítica, das proposições hipotéticas estabelecidas, verificando quais são sustentadas e quais não.

3. TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL : Tramitação legislativa

IPTU - Um panorama do período de 1967 a 1994

A) A tramitação de um projeto de lei sobre matéria tributária na Câmara Municipal de São Paulo.

I - Estrutura da Câmara

A partir de 1993, com o início da nova legislatura, a Câmara Municipal de São Paulo conta com 55 vereadores eleitos. É dirigida pela Mesa da Câmara, cujas atribuições implicam a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos daquela Casa.

Com mandato de um ano, a Mesa é composta por presidente, 1º. e 2º. vice-presidentes, 1º. e 2º. secretários, além de 2 suplentes.

Para condução e tramitação dos trabalhos legislativos, a Câmara possui sete comissões Permanentes, de caráter técnico, cuja finalidade reside em apreciar assuntos específicos, que se extinguem quando atingida a sua finalidade ou expirado o seu prazo de duração.

As Comissões Permanentes são compostas de presidente, vice-presidente e membros. Sua formação obedece ao quociente partidário dos partidos com assento na Câmara. São Comissões Permanentes as de :

- a) Constituição e Justiça;
- b) Finanças e Orçamento;
- c) Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente;
- d) Administração Pública;
- e) Atividade Econômica;
- f) Educação, Cultura e Esportes;
- g) Saúde, Promoção Social e Trabalho;

As Comissões Permanentes podem constituir Subcomissões (Permanentes ou Temporárias) dentre seus próximos membros e sem caráter decisório e agilizar os trabalhos.

A Câmara Municipal conta com um corpo técnico para acompanhar os trabalhos das Comissões, prestando assessoria aos vereadores. Essa assessoria se

dá no sentido de elaborar os pareceres, estudar os aspectos jurídicos e normativos das proposições e acompanhar as reuniões das Comissões.

II - A Tramitação Legislativa de Matérias Tributárias

A tramitação legislativa de projetos referentes à matérias tributárias na Câmara Municipal de São Paulo é regulamentada por normas estabelecidas na Lei Orgânica do Município (LOM), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Regimento Interno da Câmara (RI).

A LDO dispõe sobre alterações na legislação tributária, ou seja, sobre normas que disciplinam a apresentação dessas matéria. Essas normas são aplicadas pela Comissão de Finanças e Orçamento.

A Câmara Municipal pode legislar, com sanção do prefeito, sobre tributos municipais (IPTU, taxas mobiliárias e imobiliárias, isenções, remissões e anistia de dívidas, por exemplo), conforme o estabelecido na LOM (art. 13, inciso III) e no Regimento Interno (art. 105, no inciso XVII). Não há restrição de iniciativa para a apresentação de matérias tributárias. Portanto, elas podem ser de competência do legislativo, do Executivo ou dos cidadão. Neste caso, o projeto lei deve ser subscrito por pelo menos 5% dos eleitores do Município.

No caso do IPTU e das taxas, normalmente a Câmara Municipal aguarda a mensagem de projetos de lei do Executivo, pois este possui melhores condições técnicas para a elaboração dos projetos. O Legislativo manifesta-se através de substitutivos e/ou emendas aos projetos, principalmente no que tange ao cálculo das alíquotas do IPTU.

A tramitação legislativa de matérias tributárias é semelhante a das demais matérias. O primeiro passo é a apresentação e leitura do projeto em Plenário e o seu envio para publicação obrigatória, na íntegra, pela imprensa oficial (Diário Oficial do Município). A seguir, é despachado às Comissões Permanentes, pelo Presidente da Mesa.

O presidente da comissão designa o relator para emitir parecer sobre a proposição num prazo de quinze dias, pode, ainda, ser prorrogado para trinta dias quando da realização de audiências públicas ou se houver pedido de informações ao Executivo sobre a matéria. Os pareceres são obrigatoriamente publicados pelo Diário Oficial do Município.

As comissões podem emitir parecer conjunto. Isto ocorre principalmente quando se tratam de matérias submetidas a regime de urgência para votação, a pedido do Plenário.

Outra prerrogativa das Comissões Permanentes é a da deliberação sobre proposições que necessitam de quorum simples para aprovação. Elas podem

discutir e votar projetos sem que estes sejam encaminhados ao Plenário. Para tanto, os projetos devem receber parecer favorável de todas as Comissões designadas. Não é dispensada a competência do Plenário para deliberação, nos casos em que houver recurso de um décimo dos membros da Câmara.

A proposição que receber parecer contrário de todas as comissões, quanto ao mérito, é rejeitada, cabendo recurso ao Plenário pelo autor. Se o Plenário acatar o recurso, poderá submetê-la à votação para a sua aprovação ou rejeição. Caso contrário, a matéria será arquivada.

As matérias tributárias tramitam pelas seguintes Comissões :

a) Constituição e Justiça, sempre em primeiro lugar, pois seu parecer deve opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental da proposição. Sem este parecer o projeto não poderá tramitar nas demais comissões. Em caso de parecer pela ilegalidade ou inconstitucionalidade, o projeto é rejeitado, cabendo recurso do autor para que a proposição seja analisada em sessão plenária. É arquivado o projeto cujo parecer for aprovado em Plenário. Se o parecer for reprovado, o projeto segue para as demais comissões designadas.

b) A Comissão Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e a de Atividade Econômica opinam sobre o mérito do projeto ligado às suas atribuições.

São atribuições da Comissão de Política Urbana, por exemplo, opinar sobre o cadastro territorial do município, Plano Diretor, controle da poluição ambiental. A Comissão de Atividade Econômica compete emitir parecer sobre matérias que disciplinem as atividades econômicas desenvolvidas no município, como por exemplo a atividade urbana.

c) A última Comissão é a Finanças e Orçamento. Ela é responsável por pareceres que opinem sobre proposições referentes à matéria tributária, orçamentaria (de competência exclusiva do Executivo, são o Orçamento-Programa, o Plano Plurianual, a LDO e os critérios adicionais suplementares), e outras que alterem a despesa ou a receita do município e acarretem responsabilidade para o Plenário municipal. (RI, art.47, inciso II, alínea “e”).

O projeto de lei do IPTU passa pelas Comissões de Justiça, Política Urbana e Finanças e Orçamento.

A LOM obriga a convocação de pelo menos duas audiências públicas durante a tramitação dos projetos sobre matéria tributária (art.41, inciso V).

São as comissões permanentes, isoladamente ou em conjunto, que convocam as audiências públicas, cabendo à Mesa da Câmara a publicação de anúncio em pelo menos dois jornais de grande circulação. Para essas audiências são convidados autoridades, técnicos, especialistas e pessoas interessadas em se posicionar e debater os projetos.

Essas audiências podem ser requeridas por 0,1% (um décimo por cento) de eleitores e o pedido encaminhado por cidadãos ou entidades.

Tendo o projeto, após o prazo regimental e realizadas as audiências públicas, recebido parecer de todas as comissões designadas, ele encontra em condições de figurar na Ordem do Dia, que é a pauta das Sessões Plenárias.

III - O procedimento em Plenário

As sessões plenárias podem ser ordinárias, quando ocorrem normalmente no período legislativo, ou extraordinárias. As sessões ordinárias são compostas de :

a) Pequeno Expediente, onde cada vereador, obedecida a lista de chamada, tem cinco minutos para expor assunto de livre escolha.

b) Grande Expediente, organizado também por ordem de chamada, em forma de rodízio, cada vereador conta com quinze minutos para apresentar discurso com tema de livre escolha.

c) Prolongamento do Expediente, que se destina à leitura de correspondências, leitura e votação de requerimentos (inclusive os que requerem regime de urgência para votação das matérias), monções, e recebimentos das demais proposições.

d) Ordem do Dia, onde é feita a discussão e votação dos projetos, vetos, pareceres, recursos e demais proposições.

Na Ordem do Dia, a matéria tributária, como as demais proposições, é submetida a duas discussões seguidas de respectivas votações. Para a sua aprovação é necessária maioria absoluta dos vereadores. Os substitutivos existentes tem preferência de votação sobre o próprio projeto original. Este só será submetido a apreciação do Plenário em caso de rejeição dos substitutivos. O projeto rejeitado é arquivado. Se aprovado, é encaminhado à sanção pelo prefeito, seguida de publicação no Diário Oficial.

O prefeito pode vetar total ou parcialmente qualquer proposição submetida a sua sanção. Neste caso, o veto retorna à Câmara para apreciação, tramitando pelas comissões segundo a natureza de suas razões expressas pelo prefeito, num prazo máximo de trinta dias, após esse período, ele é incluído na Ordem do Dia sobretestando as demais proposições até a sua votação final.

A rejeição do veto se dá em discussão e votação única pela maioria absoluta dos vereadores. Se o veto for mantido, o projeto será arquivado pelo Presidente da Câmara. Se for rejeitado, o prefeito deve promulgar a lei num prazo máximo de quarenta e oito horas. Se não o fizer, o presidente da Câmara tem o mesmo prazo para promulgação. E se ainda, o presidente não promulgar

a lei, esta caberá aos demais membros da Mesa, pela ordem de procedência dos cargos.

4. IPTU - HISTÓRICO DE 1966 A 1994

1966

Decreto No. 6.319 - de 17 de dezembro de 1965 - Edital, aprovando as Plantas Genéricas de valores de terrenos e construções, regulamentando a forma de cálculo de valores venais e locativos de imóveis, para efeito de lançamento dos impostos territorial urbano e predial.

1967

Lei No. 6.989 - de dezembro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município e dá outras providências.

Decreto No. 6.834 - de 5 de janeiro de 1967 - Regulamenta os impostos predial e territorial urbano e as taxas de limpeza pública e de conservação de vias e logradouros públicos.

1968

Lei No. 7.047 - de 6 de setembro de 1967 - Altera as leis No. 6.989 e 6.999, respectivamente, de 29 de dezembro de 1966 e 20 de janeiro de 1967, o decreto No. 6.862, de 9 de fevereiro de 1965, e dá outras providências.

Lei No. 7.062 - de 12 de outubro de 1967 - Dispõe sobre isenção de imposto predial à edificações destinadas a teatros e dá outras providências.

Lei No. 7.083 - de 5 de dezembro de 1967 - Modifica dispositivos da legislação tributária e fixa limites da 2a. Subdivisão da Zona Urbana.

Decreto no. 7.330 - de 29 de setembro de 1967 - Atualiza o valor monetário das multas e o da base de cálculo dos tributos municipais, na forma determinada pelo artigo 195 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com redação que lhe foi dada pelo artigo 4º da Lei No. 6.999, de 20 de janeiro de 1967.

Decreto No. 7.331 - de 29 de dezembro de 1967 - Regula a apuração dos valores venais de terrenos e construções para fins de lançamento dos impostos sobre propriedade imobiliária urbana: descreve os métodos de avaliação e dá outras providências.

Decreto No. 7.434 - de 5 de abril de 1968 - Acrescenta espécies de multas à Tabela II anexa ao Decreto No. 7.330, de 29 de dezembro de 1967.

1969

Lei No. 7.228 - de 12 de dezembro de 1968 - Altera dispositivos da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Decreto No. 7.869 - de 27 de dezembro de 1968 - Atualiza o valor monetário das multas e o da base de cálculo dos tributos municipais, e dá outras providências.

1970

Lei No. 7.410 - de 30 de dezembro de 1969 - Confere nova redação a dispositivos da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 7.481 - de 25 de junho de 1970 - Dispõe sobre isenção de impostos municipais à Companhia Municipal de Gás - COMGÁS - SP.

Decreto No. 8.585 - de 30 de dezembro de 1969 - Atualiza o valor monetário da base de cálculo dos tributos municipais e o das multas, e dá outras providências.

1971

Lei No. 7.572 - de 29 de dezembro de 1970 - Dispõe sobre lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1971, e dá outras providências.

Decreto No. 9.226 - de 30 de dezembro de 1970 - Atualiza o valor monetário da base de cálculo dos tributos municipais e o das multas, e dá outras providências.

Decreto No. 9.231 - de 30 de dezembro de 1970 - Dispõe sobre o lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1971.

1972

Lei No. 7.670 - de 24 de novembro de 1971 - Autoriza a constituição da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, e dá outras providências.

Lei No. 7.687 - de 29 de dezembro de 1971 - Altera dispositivos das Leis Nos. 6.989, de 29 de dezembro de 1966 e 7.047, de 6 de setembro de 1967, e dá outras providências.

Decreto No. 9.788 - de 30 de dezembro de 1971 - Edita, na conformidade da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, as Plantas Genéricas de Valores de Terrenos e Construções; regula a forma de apuração dos valores venais, para efeito de lançamentos dos impostos predial e territorial urbano, e dá outras providências.

1973

Lei No. 7.785 - de 20 de dezembro de 1972 - Dispõe sobre concessão de alvará de conservação de construções, e dá outras providências.

Lei No. 7.834 - de 27 de dezembro de 1972 - Altera dispositivos da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 7.837 - de 29 de dezembro de 1972 - Prorroga o prazo fixado no artigo 3 da Lei No. 7.785, de 20 de setembro de 1972.

1974

Lei No. 7.954 - de 20 de novembro de 1973 - Altera dispositivos da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966; fixa para efeitos fiscais, novos perímetros para a primeira e a segunda subdivisões da zona urbana do Município, e dá outras providências.

1975

Lei No. 8.084 - de 1o. de julho de 1974 - Dá nova redação a dispositivo da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, já modificado pela Lei No. 7.410, de 30 de dezembro de 1969.

Lei No. 8.118 - de 11 de setembro de 1974 - Concede isenção de impostos a Empresas de Administração Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei No. 8.152 - de 12 de novembro de 1974 - Concede descontos, sobre os valores venais dos imóveis urbanos, para fins de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1975, e dá outras providências.

Decreto No. 11.673 - de 30 de dezembro de 1974 - Atualiza o valor monetário das multas e dá outras providências.

Decreto No. 11.979 - de 8 de maio de 1975 - Dispõe sobre isenção de impostos municipais incidentes sobre o patrimônio e os serviços da Companhia de Gás de São Paulo, Empresa Municipal de Urbanização, Companhia do Metropolitano de São Paulo, Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, e da Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo, e dá outras providências.

1976

Lei No. 8.320 - de 12 de novembro de 1975 - Dispõe sobre acréscimos do Imposto Territorial Urbano, nas áreas beneficiadas pela execução de projetos de complementação urbana, e dá outras providências.

Lei No. 8.338 - de 16 de dezembro de 1975 - Confere nova redação aos artigos 19, 39 e 195 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 8.406 - de 16 de junho de 1976 - Altera a redação dos artigos 21, 41 e 120 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Decreto No. 12.466 - de 17 de dezembro de 1975 - Regulamenta os artigos 19 e 39 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com redação que lhes confere os artigos 1o. e 2o. da Lei NO.8.338, de 16 de dezembro de 1975, bem como o seu artigo 4o., e dá outras providências.

Decreto No. 12.490 - de 29 de dezembro de 1976 - Edita Plantas Genéricas de Valores; regula a forma de apuração do valor venal para efeito do lançamento dos impostos predial e territorial, e dá outras providências.

1977

Lei No. 8.494 - de 15 de dezembro de 1976 - Isenta do pagamento do Imposto Predial os imóveis recebidos em comodato pelas instituições de educação, e dá outras providências.

Lei No. 8.497 - de 20 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre remissão de débitos relativos à Taxa de Pavimentação; sobre isenção desse tributo e concessão de descontos sobre os valores venais dos imóveis urbanos, para fins de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, no exercício de 1977, e dá outras providências.

Decreto No. 14.149 - de 22 de dezembro de 1976 - Regulamenta dispositivos da Lei No. 8.497, de 20 de dezembro de 1976, que concede isenção e remissão de débitos relativos à Taxa de Pavimentação e de Serviços Preparatórios de Pavimentação; altera a redação de dispositivos do Decreto No.6.834, de 5 de janeiro de 1967, e dá outras providências.

Decreto No. 14.177 - de 28 de dezembro de 1976 - Edita Plantas Genéricas de Valores; regula a forma de apuração do valor venal para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.

1978

Lei No. 8.671 - de 27 de dezembro de 1977 - Dispõe sobre concessão de descontos sobre os valores venais dos bens imóveis, para fins de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, no exercício de 1978, e dá outras providências.

Lei No. 8.684 - de 14 de março de 1978 - Acrescenta alíneas ao artigo 4o. da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966.

Decreto No.14.858 - de 27 de dezembro de 1977 - Edita Plantas Genéricas de Valores; regula a forma de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamentos dos Impostos Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.

Decreto No.14.868 - de 28 de dezembro de 1977 - Regulamenta a Lei No. 8.671, de 27 de dezembro de 1977; altera a redação de dispositivos do Decreto No.6.834, de 5 de janeiro de 1967, e dá outras providências.

1979

Lei No. 8.784 - de 21 de setembro de 1978 - Dispõe sobre concessão de descontos sobre o valor venal dos imóveis, para efeito de cálculo dos Impostos Predial e Territorial Urbano, no exercício de 1979.

Decreto No. 15.497 - de 1o. de dezembro de 1978 - Edita Planta Genérica de Valores; regula a forma de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.

Decreto No.15.508 - de 5 de dezembro de 1978 - Fixa prazo de vencimento das prestações dos Impostos Predial e Territorial Urbano e Taxas de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e de Limpeza Pública.

1980

Lei No. 8.991 - de 31 de outubro de 1979 - Dispõe sobre concessão de descontos sobre os valores venais dos bens imóveis, para fins de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 1980; confere nova redação ao artigo 8 da Lei No. 8,321, de 18 de novembro de 1975, e dá outras providências.

Lei No. 9.005 - de 12 de dezembro de 1979 - Confere nova redação a dispositivos da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 9.054 - de 8 de maio de 1980 - Dispõe sobre critérios para atualização monetária de débitos fiscais, e dá outras providências.

Decreto No. 16.255 - de 13 de dezembro de 1979 - Edita Planta Genérica de Valores; regula a forma de apuração do valor venal dos imóveis para efeito de lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

1981

Lei No. 9.166 - de 3 de dezembro de 1980 - Concede descontos sobre os valores venais dos imóveis sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 1981, e dá outras providências.

Lei No. 9.195 - de 18 de dezembro de 1980 - Dispõe sobre as áreas urbanizáveis e de expansão urbana do Município para fins dos impostos predial e territorial urbano, e dá outras providências.

Lei No. 9.273 - de 10 de junho de 1981 - Concede isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis de agremiações desportivas; dispõe sobre a remissão de créditos fiscais relativos a tal incidência; concede anistias, e dá outras providências.

Decreto No. 17.080 - de 22 de dezembro de 1980 - Edita Planta Genérica de Valores; regula a forma de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.

Decreto No. 17.081 - de 22 de dezembro de 1980 - Regulamenta os artigos 19 e 39 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com redação que lhes foi conferida pelos artigos 2o. e 3o. da Lei No. 9.156, de 26 de novembro de 1980, e dá outras providências.

Decreto No. 17.112 - de 30 de dezembro de 1980 - Regulamenta a Lei No. 9.195, de 18 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

1982

Lei No. 9.384 - de 15 de dezembro de 1981 - Altera a redação do artigo 27 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966 para lançamento do imposto predial e territorial urbano, e dá outras providências.

Lei No. 9.522 - de 8 de julho de 1982 - Confere nova redação ao inciso XI, do artigo 61, da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966.

Decreto No. 17.724 - de 14 de dezembro de 1981 - Edita Planta Genérica de Valores; regula a forma de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

1983

Lei No. 9.540 - de 7 de outubro de 1982 - Dispõe sobre isenção de tributos incidentes sobre imóveis construídos, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$ 800.000,00, e dá outras providências.

Lei No. 9.544 - de 26 de outubro de 1982 - Dispõe sobre cancelamento de débitos, e dá outras providências.

Lei No. 9.566 - de 13 de dezembro de 1982 - Concede descontos sobre os valores venais dos imóveis sujeitos à incidência dos Impostos sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana, no exercício de 1983 e dá outras providências.

Decreto No. 18.470 - de 15 de dezembro de 1982 - Edita Planta Genérica de Valores; regula a forma de operação do valor venal de imóveis para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

1984

Lei No. 9.652 - de 24 de novembro de 1983 - Concede descontos sobre os valores venais dos imóveis sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 1984, e dá outras providências.

Lei No. 9.669 - de 20 de dezembro de 1983 - Dá nova redação aos artigos 1o., acrescentando-lhe parágrafo único, e 2a. da Lei No. 9.540, de 7 de outubro de 1982.

Lei No. 9.774 - de 10 de dezembro de 1984 - concede remissão de créditos tributários às Cooperativas Habitacionais, relativos ao Imposto Predial, e dá outras providências.

Decreto No. 19.361 - de 21 de dezembro de 1983 - Edita Planta Genérica de Valores e regula a forma de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

1985

Lei No. 9.805 - de 27 de dezembro de 1984 - Concede descontos sobre os valores venais dos imóveis sujeitos à incidência dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 1985, e dá outras providências.

Decreto No.20.568 - de 27 de dezembro de 1984 - Edita Planta Genérica de Valores e regula a forma de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

1986

Lei No. 10.024 - de 26 de dezembro de 1985 - Concede descontos sobre os valores venais dos imóveis sujeitos à incidência dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 1986, e dá outras providências.

Lei No. 10.055 - de 28 de abril de 1986 - Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU aos imóveis integrantes do patrimônio da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, e dá outras providências.

Lei No. 10.086 - de 19 de junho de 1986 - Dispõe sobre o cancelamento e remissão parcial de dívida para com a Fazenda Municipal, e dá outras providências.

Decreto No. 21.702 - de 11 de dezembro de 1985 - Edita Plantas Genéricas de Valores; regula a forma de apuração do valor venal para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.

Decreto No. 21.886 - de 27 de janeiro de 1986 - Dispõe sobre a atualização das prestações do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.

Decreto No. 21.911 - de 5 de fevereiro de 1986 - Regulamenta o pagamento parcelado, nos termos do artigo 39 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada pela Lei No. 9.805, de 27 de dezembro de 1984, do IPTU.

Decreto No. 21.927 - de 19 de fevereiro de 1986 - Dispõe sobre o prazo de vencimento da primeira prestação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

Decreto No. 21.964 - de 3 de março de 1986 - Revoga os Decretos Nos. 21.886, de 27 de janeiro de 1986, 21.911, de 5 de fevereiro de 1986 e 21.927, de 19 de fevereiro de 1986.

Decreto No. 22.502 - de 25 de julho de 1986 - Dispõe sobre o lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

Portaria No. 251 - de 1986 - Dispõe sobre a cobrança da atualização monetária relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Portaria No. 1.042 - de 1986 - Fixa, de acordo com a Lei No. 9.054, de 8 de maio de 1980, coeficientes de atualização de débitos fiscais de qualquer espécie, inclusive multas de qualquer natureza.

1987

Lei No. 10.196 - de 03 de dezembro de 1986 - Concede remissão de créditos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

Lei No. 10.208 - de 5 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a inscrição e atualização de dados cadastrais, no Cadastro Imobiliário Fiscal, e dá outras providências.

Lei No. 10.211 - de 11 de dezembro de 1986 - Altera a redação dos artigos 18 e 38 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 10.212 - de 11 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a Contribuição de Melhoria, e dá outras providências.

Lei No. 10.231 - de 15 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre cancelamento e remissão parcial de dívidas decorrentes da aplicação de multas, e dá outras providências.

Lei No. 10.235 - de 16 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a forma de apuração do valor venal de imóveis, para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano; concede descontos sobre os valores venais dos imóveis sujeitos à incidência desses impostos, no exercício de 1987, e dá outras providências.

Lei No. 10.251 - de 22 de dezembro de 1986 - Concede descontos a serem aplicados, no exercício de 1987, sobre o valor venal de imóveis que especifica.

Decreto No. 23.186 - de 12 de dezembro de 1986 - Regulamenta a Lei No. 10.208, de 5 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a inscrição e atualização de dados cadastrais, no Cadastro Imobiliário Fiscal, disciplina a ação fiscal relativa aos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

1988

Lei No. 10.379 - de 28 de outubro de 1987 - Acrescenta alíneas aos artigos 18 e 38 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 10.394 - de 20 de novembro de 1987 - Altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Taxa de Limpeza Pública e da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, e dá outras providências.

Lei No. 10.395 - de 20 de novembro de 1987 - Altera a Tabela anexa à Lei No. 8.327, de 28 de novembro de 1975, confere nova redação ao artigo 23 da Lei No.7.047, de 6 de setembro de 1967, e dá outras providências.

Lei No. 10.439 - de 2 de março de 1988 - Revoga o 1o. parágrafo, do 1o. artigo, da Lei No. 9.195, de 18 de dezembro de 1980.

Lei No. 10.447 - de 18 de março de 1988 - Acrescenta parágrafo ao artigo 2o. e altera o artigo 4o., da lei No.10.231, de 15 de dezembro de 1986, e dá outras providências.

Lei No. 10.515 - de 11 de maio de 1988 - Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aos imóveis com área superior a 1ha (1 hectare), que forem utilizados para a exploração ou pecuária, e dá outras providências.

Lei No. 10.530 - de 20 de maio de 1988 - Concede isenção do Imposto sobre Propriedade Predial a Sociedades Amigos de Bairros, e dá outras providências.

Decreto No. 25.171 - de 9 de dezembro de 1987 - Regulamenta a Lei No. 10.394, de 20 de novembro de 1987, e dá outras providências.

Decreto No. 25.248 - de 5 de janeiro de 1988 - Altera a data de vencimento da 3a. prestação fixada em carnês relativos a tributos imobiliários lançados para o exercício de 1988, e dá outras providências.

Decreto No. 25.295 - de 26 de janeiro de 1988 - Dispõe sobre as datas de vencimento das prestações fixadas para carnês relativos a tributos imobiliários lançados para o exercício de 1988, e dá outras providências.

Decreto No. 25.313 - de 29 de janeiro de 1988 - Dispõe sobre as datas de vencimentos das prestações fixadas em carnês relativos a tributos imobiliários lançados para o exercício de 1988, e dá outras providências.

Decreto No. 26.120 - de 7 de junho de 1988 - Aprova a consolidação da legislação concernente à Contribuição de Melhoria, aos Impostos sobre a

Propriedade Predial e Territorial Urbana e sobre Serviços de Qualquer Natureza, bem como às Taxas de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, de Limpeza Pública, de Combate a Sinistros, de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento e Fiscalização d Anúncios.

1989

Lei No. 10.565 - de 4 de julho de 1988 - Acrescenta alíneas aos artigos 18 e 38 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Lei No. 10.592 - de 16 de agosto de 1988 - Concede desconto sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial de imóveis não residenciais localizados no trecho em obras da Avenida Juscelino Kubitschek, e dá outras providências.

Lei No. 10.598 - de 19 de agosto de 1988 - Concede desconto sobre a Propriedade Predial relativo à imóveis que forem restaurados e dá outras providências.

Lei No. 10.621 - de 9 de dezembro de 1988 - Dispõe sobre cancelamento de débitos, dispensa de pagamento de correção monetária, e dá outras providências.

Lei No. 10.635 - de 27 de setembro de 1988 - Altera os prazos previstos na Lei No. 10.621, de 9 de setembro de 1988, e dá outras providências.

Decreto No. 27.371 - de 25 de dezembro de 1988 - Estabelece os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção, para fins de lançamento dos Impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 1989, e dá outras providências.

Decreto No. 27.458 - de 7 de dezembro de 1988 - Regulamenta a Lei No. 10.515, de 11 de maio de 1988, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana a imóveis com área superior a 1ha (1 hectare), utilizados para exploração agrícola ou pecuária, e dá outras providências.

1990

Lei No. 10.598 - de agosto de 1988 - Concede desconto no Imposto sobre a Propriedade Predial relativo a imóveis que forem restaurados, e dá outras providências.

Lei No. 10.734 - de 30 de junho de 1989 - dispõe sobre critério para atualização monetária dos débitos para com a Fazenda Municipal, e dá outras providências.

Lei No. 10.795 - de 22 de dezembro de 1989 - Revoga isenções de tributos municipais, e dá outras providências.

Lei No. 10.796 - de 22 de dezembro de 1989 - Revoga isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

Lei No. 10.805 - de 27 de dezembro de 1989 - Altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, da Taxa de Limpeza Pública, da Taxa de conservação de Vias e Logradouros, da Taxa de Combate a Sinistros, e dá outras providências.

Lei No. 10.819 - de 28 de dezembro de 1989 - dispõe sobre inscrição e atualização de dados no Cadastro Imobiliário Fiscal, e dá outras providências.

Decreto No. 28.453 - de 27 de dezembro de 1989 - Regulamenta os artigos 19 e 39 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com redação que lhes foi dada pela Lei No.10.805, de 27 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

1991

Lei No. 10.921 - de 30 de dezembro de 1990 - Altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, da Taxa de Limpeza Pública e da Taxa de conservação de Vias e Logradouros Públicos, e dá outras providências.

Lei No. 10.978 - de 22 de abril de 1991 - Autoriza o Executivo a conceder a isenção do Imposto Predial Urbano incidente sobre imóveis destinados a sala de exibição de cinematecas e cineclubes, e dá outras providências.

Decreto No. 29.887 - de 2 de julho de 1991 - Regulamenta o disposto no 3o. parágrafo do artigo 39 da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

1992

Lei No. 11.071 - de 5 de setembro de 1991 - Dispõe sobre a isenção de IPTU a ex-combatentes.

Lei No. 11.074 - de 5 de setembro de 1991 - dispõe sobre a data de entrega dos carnês de IPTU pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Lei No. 11.152 - de 30 de dezembro de 1991 - Altera a legislação relativa aos Impostos Predial e Territorial Urbano e às Taxas de Limpeza Pública e de Conservação de Logradouros Públicos, e dá outras providências.

Decreto No. 31.088 - de 2 de janeiro de 1992 - Regulamenta os artigos 17 e 37, da Lei No. 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com redação que lhes foi conferida pela Lei No.11.152, de 30 de dezembro de 1991, e o artigo 6º, desse último diploma legal.

Decreto No. 31.417 - de 8 de abril de 1992 - Aprova a Consolidação da Legislação concernente à Contribuição de Melhorias, aos Impostos Predial e Territorial Urbano - IPTU, sobre a Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição - ITBI-IV, Serviços de Qualquer Natureza - ISS e Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos - IVV, de Limpeza Pública, de Combate a Sinistros, de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento e de Fiscalização de Anúncios.

1993

Lei No. 11.308 - de 17 de dezembro de 1992 - Autoriza o Executivo a isentar do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano os imóveis de propriedade e onde residam aposentados de baixa renda, que recebam até três salários mínimos mensais.

Lei No. 11.334 - de 30 de dezembro de 1992 - Altera a legislação relativa ao Imposto Predial Urbano, concede isenção do Imposto predial e taxas remuneratórias para imóveis que especifica, concede desconto no valor da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, e dá outras providências.

Lei No. 11.338 - de 30 de dezembro de 1992 - Concede isenção e desconto do imposto Territorial Urbano incidente sobre imóveis situados em Área de proteção aos Mananciais, e dá outras providências.

Decreto no. 32.928 - de 30 de dezembro de 1992 - Atualiza os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno, e dá outras providências.

Decreto No. 32.984 - de 4 de fevereiro de 1993 - Regulamenta a Lei No.11.038, de 17 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a isenção do imposto predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis de aposentados com renda mensal de até três salários mínimos, que possuam um único imóvel e nele residam.

1994

Lei No. 11.457 - de 27 de dezembro de 1993 - altera a legislação relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano e às Taxas de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e à Taxa de Combate a Sinistros, e dá outras providências.

5. ISENCÕES

LEI

6.989

29/12/66

Art. 18 : isentos do IPTU

1. os conventos, os seminários, palácios arquiépiscopais, quando propriedades religiosas de qualquer culto.
2. os imóveis construídos pertencentes ao patrimônio :
 - de governos estrangeiros
 - de entidades culturais
 - de empresas jornalísticas, rádio-emissoras ou de televisão
 - de particulares para fins educacionais
 - da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC
3. os edificios destinados a :
 - teatros
 - garagens coletivas para estacionamento e guarda de automóveis

Art. 38 : isentos

São isentos do imposto os terrenos pertencentes ao patrimônio:

- agremiações desportivas
- particulares para fins educativos
- da Companhia Municipal de Transportes

LEI

6.834

05/01/67

Art. 17 : isentos do IPTU

1. os conventos, os seminários, palácios arquiépiscopais, quando propriedades religiosas de qualquer culto.

2. os imóveis construídos pertencentes ao patrimônio :

- de governos estrangeiros
- de entidades culturais
- de empresas jornalísticas, rádio-emissoras ou de televisão
- de particulares para fins educacionais
- da Companhia Municipal de Transportes Coletivos

3. os edifícios destinados a :

- teatros
- garagens coletivas para estacionamento e guarda de automóveis

Art. 18 : isentos

São isentos do imposto os imóveis construídos pertencentes ao patrimônio de cooperativas de natureza civil desde que neles mantenham sede agências, armazéns ou serviços sociais :

- de trabalho
- de beneficiamento e vendas
- de compras em comum
- de consumo
- escolares
- as cooperativas mistas
- as cooperativas centrais e as federações de cooperativas

Art. 22 : isentos

- São isentos do imposto de imóveis construídos pertencentes ao patrimônio de agremiações esportivas.

Art. 55 : isentos

São isentos do imposto os terrenos pertencentes ao patrimônio:

- agremiações desportivas
- particulares para fins educativos
- da Companhia Municipal de Transportes

LEI**7.062****12/10/67**

Art. 1 - Aos teatros a isenção é estendida aos impostos não pagos antes do vigor da lei

LEI**7.456****28/04/70**

Isenta do imposto :

- os imóveis construídos, pertencentes ao patrimônio da Fundação Museu da Tecnologia de São Paulo

LEI**7.481****25/06/70**

Art. 1 Concede à Companhia Municipal de Gás - COMGÁS - SP a isenção dos impostos municipais que lhe incidam sobre o patrimônio e serviços vinculados às suas finalidades ou delas decorrentes.

LEI**7.688****30/12/71**

Imóveis construídos, pertencentes ao patrimônio de particulares que vierem a ser incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município.

LEI**8.118****11/09/74**

Art. 1 - isenção dos impostos municipais que incidam sobre o patrimônio e serviços vinculados às finalidades básicas das Companhia Metropolitano de São Paulo - METRÔ, Companhia Metropolitana de Habitação - COHAB-SP e da Companhia de Processamento de Dados Do Município de São Paulo - PRODAM-SP

Art. 2 - Ficam cancelados até a data do início da vigência da Lei os débitos relativos aos impostos devidos

DECRETO

11.979

08/05/75

Art. 1 - isenção dos impostos municipais que incidam sobre o patrimônio e serviços vinculados às finalidades básicas das Companhia Metropolitano de São Paulo - METRÔ, Companhia Metropolitana de Habitação - COHAB-SP e da Companhia de Processamento de Dados Do Município de São Paulo - PRODAM-SP

Art. 2 - Ficam cancelados até a data do início da vigência da Lei os débitos relativos aos impostos devidos

LEI

8.494

15/12/76

Art. 1 - ficam isentos do pagamento do Imposto Predial os imóveis recebidos em comodato pelas instituições de educação, durante a vigência do contrato, desde que utilizados para fins institucionais e atenda às condições

LEI

9.273

10/06/81

Art. 1 - ficam isentos dos Impostos Predial e Territorial Urbano os imóveis das agremiações esportivas efetiva e habitualmente utilizados no exercício de suas atividades

LEI**9.540****07/10/82**

Isenção de tributos incidentes sobre imóveis construídos, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$ 800.000,00. Também cede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aos imóveis integrantes do patrimônio de Sociedade de Amigos de Bairros, de Câmara de Comercio, de Entidades Sindicais e de Órgãos de Classe

LEI**9.669****29/12/83**

Isenção de tributos incidentes sobre imóveis construídos, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$ 800.000,00. Também cede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aos imóveis integrantes do patrimônio de Sociedade de Amigos de Bairros, de Câmara de Comercio, de Entidades Sindicais e de Órgãos de Classe

LEI**9.725****02/07/84**

Isenta do imposto os imóveis residenciais preservados, localizados nas Zonas de Uso Z1, Z9, Z14, Z15, Z16, Z17, Z18, mediante requerimento do proprietário e a partir do exercício seguinte ao da concessão e enquanto perdurar a destinação residencial.

LEI**10.055****28/04/86**

Art. 1 - ficam isentos do pagamento do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana- IPTU os imóveis integrantes do patrimônio da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil

Art. 2 não exonera das obrigações acessórias a que está sujeita

LEI

10.081

17/06/86

Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana à Fundação Maria Luiza e Oscar Americano.

LEI

10.211

11/12/86

Altera artigos da lei No. 6.989

Art 1o. Os artigos 18 e 38 da Lei No. 6.989 passam a vigorar com a seguinte redação :

1 - Art. 18 - São isentos do imposto :

I. os conventos, os seminários, palácios arquiépiscopais, quando propriedades religiosas de qualquer culto.

II. os imóveis construídos pertencentes ao patrimônio :

- de governos estrangeiros
- de entidades culturais
- de particulares para fins educacionais
- da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC
- das empresas de Adm indireta da Prefeitura do Município de São Paulo
- da Caixa Econômica Federal - CEF
- de casas paroquiais pastorais e órgãos de classe
- das agremiações desportivas, excluídos os pertencentes aos clubes principais da divisão principal.

III. Vetado

2. Art. 38 - São isentos do imposto os terrenos pertencentes ao patrimônio:

- de particulares para fins educativos
- da Companhia Municipal de Transportes
- da Caixa Econômica Federal - CEF

Revoga:

1. Lei No.8.494
 2. Lei No. 8.951
 - 3 Lei No. 9.669
 4. Art. 1o. e 2o. da Lei No. 9.540
 5. IPTU
- Leis Nos. 8.118, 8.748, 9.503, 9.200, 7.481.

LEI

10.334

13/07/87

Isenta as edificações destinados exclusivamente à garagens coletivas para estacionamento e guarda de automóveis, construídas nas Áreas Especiais de Tráfego, desde que preencham os requisitos.

LEI

10.379

28/10/87

Art. 1 - Procede alterações nos artigos 18 e 38 da Lei No. 6.989, com a redação que lhes foi conferida pela Lei No. 10.211

I - Art. 18 acrescido

- da Companhia Metropolitano de São Paulo - SP - METRÔ

II - Art. 38 acrescido

- da Companhia Metropolitano de São Paulo - SP - METRÔ

LEI**10.394****20/11/87**

São isentos do Imposto os imóveis construídos com destinação e uso exclusivamente residenciais, cujo valor venal seja igual ou inferior a 70 UFM.

LEI**10.515****11/05/88**

Art. 1 - ficam isentos dos impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária urbana os imóveis com área de terreno superior a 1 ha (hectare) que forem utilizados, efetiva e comprovadamente, para exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial

LEI**10.530****20/05/88**

Art. 1 - ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial os imóveis integrantes do patrimônio de Sociedades de Amigos de Bairros

LEI**10.565****04/07/88**

Acrescenta ao Art. 18 da Lei No. 6.969 a Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS-SP e a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP.

Acrescenta ao Art. 38 da Lei No. 6.969 a Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS-SP e a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP.

DECRETO**27.458****07/12/88**

Art. 1 - a isenção deverá ser requerida anualmente

LEI**10.795****22/12/89**

Art. 1 - ficam revogadas as isenções do imposto municipal sobre o patrimônio e serviços concedidos a :

- Empresa Municipal de Urbanização - EMURB
- Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP
- Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo - PRODAM
- Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

LEI**10.796****22/12/89**

Art. 1 - fica revogada a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana concedida a imóveis pertencentes aos patrimônios de órgãos de classe

LEI**10.807****28/12/89**

Art. 1 - ficam revogadas as isenções do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana concedidas:

- à Companhia Municipal de Transportes Coletivos

- às empresas de administração direta da Prefeitura do Município de São Paulo
- à Companhia Metropolitana de São Paulo - METRÔ
- à Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
- à Caixa Econômica Federal - CEF
- à Fundação Maria Luiza e Oscar Americano

LEI

10.978

22/04/91

Art. 1 - concede isenção do Imposto Predial Urbano incidente sobre imóveis exclusiva e efetivamente utilizados como salas de exibição de cinematecas e cineclubes, admitindo-se apenas as atividades acessórias correlacionadas à exibição de filmes

LEI

11.308

17/12/92

Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis de aposentados com renda mensal de até três salários mínimos, que possuam um único imóvel e nele residam

LEI

11.334

30/12/92

Art. 1 - ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano os imóveis construídos :

- utilizados exclusiva ou predominantemente como residências, cujo valor venal seja igual ou inferior a 400 Unidades de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM

- que seu valor venal seja igual ou inferior a 280 Unidades de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM

LEI

11.338

30/12/92

Art. 1 - concede isenção do Imposto Territorial Urbano incidente sobre o excesso de área, conforme considerado no art. 9 da lei No. 10.235, referente a imóveis situados na Área de Proteção aos Mananciais

LEI

11.457

27/12/93

Art. 3 - isenta os imóveis construídos, utilizados exclusivamente ou predominantemente como residências, cujo valor venal, seja igual ou inferior a 635 Unidades de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM

Art. 4 - isenta os imóveis construídos, de uso não residencial, cujo valor venal, seja igual ou inferior a 445 Unidades de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM

6. ALÍQUOTAS-DESCONTOS

1967 - Lei No. 6.989 - 29/12/66

- Imposto predial calcula-se 1,2% sobre o valor venal do imóvel
- Imposto territorial : calcula-se sobre o valor venal do imóvel à razão de :
 - I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 4,2%
 - II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 3,0%
 - III - Além do perímetro desta última Zona Urbana : 2,4%
- os imóveis não construídos, com área superior a 10.000m² :
 - I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 7,0%
 - II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 6,0%
 - III - Além do perímetro desta última : 5,0%

1967 - Decreto No. 6.834 - 05/01/67

- Imposto territorial : calcula-se sobre o valor venal do imóvel à razão de :
 - I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 4,2%
 - II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 3,0%
 - III - Além do perímetro desta última Zona Urbana : 2,4%

1973 - Lei No. 7.834 - 27/12/72

Nos lançamentos dos impostos predial e territorial urbano, para o exercício de 1973, serão concedidos descontos sobre os valores venais apurados de acordo com as Plantas Genéricas de Valores, na seguinte conformidade :

- I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 25%
- II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 30%
- III - situado na 3a. subdivisão da Zona Urbana : 50%

1974 - Lei No. 7.954 - 20/11/73

Nos lançamentos dos impostos predial e territorial urbano, para o exercício de 1974, serão concedidos descontos sobre os valores venais apurados de acordo com as Plantas Genéricas de Valores, na seguinte conformidade :

- I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 25%
- II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 30%
- III - situado na 3a. subdivisão da Zona Urbana : 50%

1975 - Lei No. 8.152 - 12/11/74

Nos lançamentos dos impostos Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1975, serão concedidos descontos sobre os valores venais apurados de acordo com as Plantas Genéricas de Valores, na seguinte conformidade :

- I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 25%
- II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 30%
- III - situado na 3a. subdivisão da Zona Urbana : 50%

1976 - Lei No. 8.338 - 16/12/75

Nos lançamentos dos impostos Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1976, serão concedidos descontos sobre os valores venais apurados de acordo com as Plantas Genéricas de Valores, na seguinte conformidade :

- I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 10%
- II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 16%
- III - situado na 3a. subdivisão da Zona Urbana : 50%

1977 - Lei No. 8.497 - 20/12/76

Nos lançamentos dos impostos Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1977, serão concedidos descontos sobre os valores venais apurados de acordo com as Plantas Genéricas de Valores, na seguinte conformidade :

- I - situado na 1a. subdivisão da Zona Urbana : 3%
- II - situado na 2a. subdivisão da Zona Urbana : 9%
- III - situado na 3a. subdivisão da Zona Urbana : 46%

1978 - Lei No. 8.671 - 27/12/77

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados na 3a. Zona Fiscal, serão concedidos descontos no exercício de 1978, sobre o valor venal apurado de acordo com o Mapa de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	46%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

b) Nos demais usos, o desconto será de 20%

II - Quando se tratar de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	46%
250 até 300 m ²	40%
300 até 350 m ²	33%
350 até 400 m ²	26%
400 até 500 m ²	18%
500 até 1000 m ²	9%
acima de 1000 m ²	nihil

CÁLCULO DA TAXA

I - Tratando-se de prédio :

Zona Fiscal	Valor por m ² edificado (% da UFM)
1a	0,66%
2a	0,31%
3a	0,20%

II - Tratando de terreno

Zona Fiscal	Valor anual por m ²
1a	0,20%
2a	0,07%
3a	0,02%

1979 - Lei No. 8.784 - 21/09/78

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados na 3a. Zona Fiscal, ficam mantidos para o exercício de 1979, os descontos concedidos sobre o valor venal dos imóveis na forma da Lei No. 8.671 de 1977.

1980 - Lei No. 8.991 - 31/10/79

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados na 3a. Zona Fiscal, serão concedidos descontos no exercício de 1980, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	49%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

b) Nos demais usos, o desconto será de 20%

II - Quando se tratar de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	49%

250 até 300 m ²	43%
300 até 350 m ²	35%
350 até 400 m ²	28%
400 até 500 m ²	20%
500 até 1000 m ²	9%
acima de 1000 m ²	nihil

1981 - Lei No. 9.166 - 31/12/80

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados na 3a. Zona Fiscal, serão concedidos descontos no exercício de 1981, sobre o valor venal apurado na Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	60%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

b) Nos demais usos, o desconto será de 10%

II - Quando se trata de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	60%
250 até 300 m ²	43%
300 até 350 m ²	35%
350 até 400 m ²	28%
400 até 500 m ²	20%
500 até 1000 m ²	9%
acima de 1000 m ²	nihil

1982 - Lei No. 9.384 - 15/12/81

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, serão concedidos descontos, no exercício de 1982, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :**a) Padrão Baixo. Quando usados exclusivamente como residências :**

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

b) Padrão Médio ou Alto. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	60%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	34%
200 até 250 m ²	29%
250 até 300 m ²	19%
acima de 300 m ²	12%

c) Nos demais usos nihil**II - Quando se trata de terreno :**

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	66%
250 até 300 m ²	40%
300 até 350 m ²	32%

350 até 400 m ²	24%
400 até 500 m ²	12%
acima de 500 m ²	nihil

1983 - Lei No. 9.566 - 13/12/82

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, serão concedidos descontos, no exercício de 1983, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Padrão Baixo. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

a) Padrão Médio ou Alto. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	60%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	34%
200 até 250 m ²	29%
250 até 300 m ²	19%
acima de 300 m ²	12%

c) Nos demais usos nihil

II - Quando se trata de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	66%
250 até 300 m ²	38%
300 até 350 m ²	30%
350 até 400 m ²	22%
400 até 500 m ²	10%
acima de 500 m ²	nihil

1984 - Lei No. 9.652 - 24/11/83

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, serão concedidos descontos, no exercício de 1984, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Padrão Baixo. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

a) Padrão Médio ou Alto. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	60%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	34%
200 até 250 m ²	29%

250 até 300 m ²	19%
acima de 300 m ²	12%

c) Nos demais usos nihil

II - Quando se trata de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	66%
250 até 300 m ²	38%
300 até 350 m ²	30%
350 até 400 m ²	22%
400 até 500 m ²	10%
acima de 500 m ²	nihil

1985 - Lei No. 9.805 - 27/12/84

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, serão concedidos descontos, no exercício de 1985, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Padrão Baixo. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%
200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 m ²	20%

b) Padrão Médio ou Alto. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	58%

100 até 150 m ²	39%
150 até 200 m ²	31%
200 até 250 m ²	25%
250 até 300 m ²	15%
acima de 300 m ²	8%

c) Nos demais usos nihil

II - Quando se trata de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	65%
250 até 300 m ²	35%
300 até 350 m ²	27%
350 até 400 m ²	18%
400 até 500 m ²	5%
acima de 500 m ²	nihil

1986 - Lei No. 10.024 - 26/12/85

Para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, serão concedidos descontos, no exercício de 1986, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - Quando se trata de prédios :

a) Padrão Baixo. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%
100 até 150 m ²	42%
150 até 200 m ²	37%

200 até 250 m ²	32%
250 até 300 m ²	26%
acima de 300 ²	20%

b) Padrão Médio ou Alto. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	58%
100 até 150 m ²	39%
150 até 200 m ²	31%
200 até 250 m ²	25%
250 até 300 m ²	15%
acima de 300 ²	8%

c) Nos demais usos nihil

II - Quando se trata de terreno :

Faixa de área de terreno	Desconto
até 250 m ²	65%
250 até 300 m ²	35%
300 até 350 m ²	27%
350 até 400 m ²	18%
400 até 500 m ²	5%
acima de 500 m ²	nihil

1987 - Lei No. 10.235 - 16/12/86

Para efeito de cálculo do Imposto Predial incidente sobre imóveis residenciais verticais (apartamentos) localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, utilizados exclusivamente como residência, serão concedidos descontos, no exercício de 1987, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - de padrão A. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%
101 até 150 m ²	42%
151 até 200 m ²	37%
201 até 250 m ²	32%
251 até 300 m ²	26%
acima de 301 m ²	10%

II - de padrão B. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	58%
101 até 150 m ²	39%
151 até 200 m ²	31%
201 até 250 m ²	25%

III - Demais tipos e padrões : nihil

Quando se tratar de terreno

Faixa de terreno	Desconto
até 250 m ²	65%
acima de 251 até 300 m ²	35%

1987- Lei No. 10.251 - 22/12/86

Para efeito de cálculo do Imposto Predial incidente sobre imóveis residenciais verticais (apartamentos) localizados além do perímetro da 2a. subdivisão da zona urbana, utilizados exclusivamente como residência, serão concedidos descontos, no exercício de 1987, sobre o valor venal apurado de acordo com a Planta Genérica de Valores :

I - de padrão A. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	66%

101 até 150 m ²	42%
151 até 200 m ²	37%
201 até 250 m ²	32%
251 até 300 m ²	26%
acima de 301 m ²	10%

II - de padrão B. Quando usados exclusivamente como residências :

Faixa de área edificada	Desconto
até 100 m ²	58%
101 até 150 m ²	39%
151 até 200 m ²	31%
201 até 250 m ²	25%

1988 - Lei No. 10.394 - 20/11/87

O imposto calcula-se sobre o valor venal do imóvel à razão de :

I - tratando-se de imóvel utilizado exclusivamente como residência:

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 30	0,8
acima de 30 até 80	1,0
acima de 80 até 120	1,2
acima de 120 até 200	1,4
acima de 200 até 300	1,6
acima de 300 até 1000	1,8
acima de 1000	2,0

II - demais casos :

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 80	1,2

acima de 80 até 120	1,4
acima de 120 até 200	1,6
acima de 200 até 300	1,8
acima de 300 até 1000	2,0
acima de 1000	2,2

Em se tratando de terreno :

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 30	2,4
acima de 30 até 100	3,0
acima de 100 até 200	3,6
acima de 200 até 500	4,2
acima de 500 até 1500	5,0
acima de 1500 até 3000	6,0
acima de 3000	7,0

1989 - Lei No. 10.592 - 16/08/88

Concede desconto sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial de imóveis não residenciais localizados no trecho em obras da Avenida Juscelino Kubitschek.

1989 - Lei No. 10.598 - 19/08/88

Concede desconto no Imposto sobre a Propriedade Predial relativo a imóveis que forem restaurados.

1990 - Lei No. 10.805 28/12/89

O imposto calcula-se sobre o valor venal do imóvel à razão de :

I - tratando-se de imóvel utilizado exclusivamente como residência:

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 200	0,20
acima de 200 até 450	0,30
acima de 450 até 550	0,40

acima de 550 até 700	0,50
acima de 700 até 1400	0,60
acima de 1400 até 2800	0,80
acima de 2800 até 4600	1,00
acima de 4600 até 8300	1,20
acima de 8300	1,40

II - demais casos :

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 80	0,20
acima de 80 até 200	0,30
acima de 200 até 300	0,50
acima de 300 até 500	0,60
acima de 500 até 800	1,00
acima de 800 até 1200	1,20
acima de 1200 até 2600	1,40
acima de 2600 até 21000	1,60
acima de 21000	1,80

Em se tratando de terreno :

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 50	0,40
acima de 50 até 100	0,60
acima de 100 até 200	1,00
acima de 200 até 300	1,40
acima de 300 até 600	1,60
acima de 600 até 1500	1,90
acima de 1500 até 4500	3,00
acima de 4500 até 9000	4,00
acima de 9000	5,00

1992 - Lei No. 11.152 - 30/12/91

O imposto calcula-se sobre o valor venal do imóvel à razão de :

I - tratando-se de imóvel utilizado exclusivamente como residência:

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 550	0,2
acima de 550 até 1400	0,4
acima de 1400 até 4600	0,6
acima de 4600 até 15000	0,8
acima de 15000	1,0

II - demais casos :

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 80	0,60
acima de 80 até 300	0,75
acima de 300 até 500	0,95
acima de 500 até 800	1,15
acima de 800 até 1200	1,30
acima de 1200 até 2600	1,50
acima de 2600 até 10000	1,70
acima de 10000	2,40

Em se tratando de terreno :

Classe de VVI em UFM	Alíquotas (%)
até 50	0,75
acima de 50 até 100	0,95
acima de 100 até 200	1,30
acima de 200 até 300	1,50
acima de 300 até 600	1,70
acima de 600 até 1500	1,90
acima de 1500 até 4500	2,80

acima de 4500 até 9000	3,70
acima de 9000	5,00

1994 - Lei No. 11.457 - 27/12/93

A taxa calcula-se :

I - Tratando-se de prédio, em função da sua localização, área construída e utilização, na seguinte conformidade:

a) em caso de imóvel utilizado exclusiva ou predominantemente como residência :

Subdivisão da Zona Urbana UFM)	Valor anual por m ² construído (%)
1a.	2,70
2a.	1,26
além da 2a.	0,90

b) demais casos

Subdivisão da Zona Urbana UFM)	Valor anual por m ² construído (%)
1a.	11,34
2a.	5,76
além da 2a.	3,06

II- tratando-se de terreno, em função de sua localização e área, na seguinte conformidade :

Subdivisão da Zona Urbana UFM)	Valor anual por m ² construído (%)
1a.	1,62
2a.	0,90
além da 2a.	0,36

7. BIBLIOGRAFIA

☞ AFONSO JOSÉ r. r., "O Ajuste Fiscal dos Municípios (Das Capitais)" em Anais das Reuniões da Associação Brasileira de Secretários das Finanças dos Municípios das Capitais - ABRASF - São Paulo, 1992.

☞ BALEEIRO, ALIOMAR, "Uma Introdução á Ciência das Finanças", 12a. edição, Rio de Janeiro 1978.

☞ BORGES, JOSÉ S. MAIOR, "O IPTU Como Instrumento da Política Urbana" em Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito Tributário, separata da Revista de Direito Tributário, São Paulo, Malheiros Editores, 1992.

☞ COSTA, ANTÔNIO JOSÉ DA, "Da Regra Padrão de Incidência do IPTU", São Paulo, Forense, 1985.

☞ Lei Orgânica do Município de São Paulo

☞ Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo

☞ Diário Oficial do Município de São Paulo

8. FINALIZAÇÃO DO TRABALHO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Finalizo aqui meu trabalho de pesquisa científica, meu trabalho consistiu principalmente na geração de um importante material de consulta para futuros utilizadores do histórico do IPTU de 1966 a 1994.

Foi uma árdua coleta de dados e uma organização complexa que me levou a separar as leis ano a ano e posteriormente separá-los nos subitens supracitados.

Aprendi o desenvolvimento de idéias em grupos reunidos, os métodos de coleta de dados, as fontes de informações legislativas, a organização de dados e muitos outros itens integrantes de uma pesquisa.

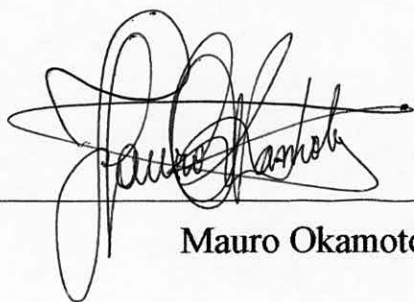
Considereei o item mais proveitoso do processo de pesquisa científica as reuniões em grupo para discutir idéias. É uma forma prática de discutir conceitos teóricos onde cada um expõe a sua experiência, aplicando-a a pesquisa.

O maior problema foi coletar as leis, decretos e portarias relativas ao IPTU desde 1966. Após a coleta, a organização tornou-se um trabalho simples perto da tarefa de coletar dados.

Neste trabalho foi apresentado grande parte do resultado da pesquisa. Para os interessados existe uma pasta com as leis relativas ao IPTU municipal selecionadas ano a ano.

Agradeço ao prof. Henrique Fingeremann pela atenção e pelo conhecimento proporcionado.

Encerra-se a pesquisa, atenciosamente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mauro Okamoto', is written over a horizontal line.

Mauro Okamoto